

# ESCOLA JUDICIAL

## Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Programa de Aperfeiçoamento

### Edital nº 054/2020

Torna pública a abertura de inscrições para curso, destinado ao aperfeiçoamento de Magistrados do Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, em processo de credenciamento pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, para fins também de promoção por merecimento.

O Diretor Geral da Escola Judicial de Pernambuco - ESMAPE, Desembargador Adalberto de Oliveira Melo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna pública a abertura de inscrições para o **Curso: “ O Poder Judiciário de 2021 ”**, a ser ministrado na modalidade à distância.

#### 1 Do curso:

1.1 Nome: O Poder Judiciário de 2021

1.2 Realização: Escola Judicial de Pernambuco – ESMAPE, em parceria com a Escola Judicial do TRT 6ª Região e a Academia Brasileira de Direito do Trabalho – ABDT

1.3 Coordenador-Geral: Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

1.4 Coordenador Científico: Juiz de Direito Sílvia Romero Beltrão

1.5 Modalidade: a distância

1.6 Carga horária: 20 h/a

1.7 Público-alvo: Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

1.8 Número de vagas: 100

1.9 Datas : 02, 03 e 04 de dezembro de 2020

1.10 Horário: 14h30 às 18h (02/12) e 15h às 18h (03 e 04/12)

1.11 Programação: Será encaminhada ao e-mail funcional do discente com a antecedência necessária para o regular andamento do curso.

#### 2 Do conteúdo programático:

**Módulo I:** O Poder Judiciário em 2021: Perspectivas e Desafios; Desafios do trabalho a distância

**Módulo II:** O impacto das inovações tecnológicas no Direito; Técnicas e ferramentas tecnológicas de comunicação; Estratégias e ferramentas tecnológicas para o trabalho cooperativo e criativo;

**Módulo III:** Impactos da Covid na economia e no trabalho; Impactos das mudanças no ambiente de trabalho e casa; Corresponsabilidade familiar – Empresa x Família; O aperfeiçoamento de Magistrado e do Servidor para o Poder Judiciário pós Pandemia.

#### Bibliografia

Schwab, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Tradução Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

MASSEI, Andrea Giamondo; MARCHI, Caroline; TAKANO, Rodrigo Seizo. **MP 936: NOVAS MEDIDAS TRABALHISTAS PARA ENFRENTAR A CRISE CAUSADA PELA COVID-19** . 2020.

MENDES, Luis; GUIDI, Maurício; GALO, Thais; NASCIMENTO, Rennan Gil Alvez. **O COVID-19 e seus impactos legais no Brasil**. 2020. Disponível em: <http://www.pinheironeto.com.br/Documents/O%20COVID-19%20e%20seus%20impactos%20legais%20no%20Brasil.p....> Acesso em: 30 mar. 2020.

PICOLLI, Ademir Milton, Exponencial: sete premissas para acelerar a inovação e o processo de transformação no ecossistema da justiça, São Paulo, 2018.

GREGÓRIO, Álvaro, Inovação no Judiciário: conceito, criação e práticas do primeiro laboratório de inovação do poder judiciário – São Paulo, 2019.

Site da OIT: [https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS\\_759851/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_759851/lang--pt/index.htm)

### 3 Dos Docentes previstos:

#### Igor da Silva Rego

Possui graduação em Bacharelado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP (2003), Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários- IBET (2009) e Mestre em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP (2008).

#### Flavia Moreira Guimaraes Pessoa

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (1997), mestrado em Direito pela Universidade Gama Filho (2004), doutorado em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (2008) e Pós Doutorado em Direito do Trabalho pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é Professora do Mestrado em Direito da Universidade Tiradentes e do Mestrado em Direito da Universidade Federal de Sergipe. Juíza do Trabalho Titular da 4 Vara do Trabalho de Aracaju. Conselheira do Conselho Nacional de Justiça. É titular da cadeira n. 3 da Academia Sergipana de Letras Jurídicas e da Cadeira 67 da Academia Brasileira de Direito do Trabalho.

#### Ministro Claudio Mascarenhas Brandão

Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz (1985) e mestrado em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2005). Atualmente é Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e Doutorando pela Universidade Autônoma de Lisboa. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho atuando principalmente nos seguintes temas: direito do trabalho, acidente do trabalho, processo do trabalho, justiça do trabalho e direito processual do trabalho e processo eletrônico.

#### Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni

Juíza Federal Diretora do Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária de São Paulo (2018/2019). Vice-Diretora do Foro da Justiça Federal - SJSP - 2016/2017. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (2002). Mestre em Gestão e Políticas Públicas - Fundação Getúlio Vargas - FGV (2015). Diretora da Associação Dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul - AJUFESP - Biênio 2002/2004 e Diretora Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE (2014/2016). Presidente do Juizado Especial Federal de São Paulo (2009/2010). Coordenadora do Fórum Nacional de Administração e Gestão Estratégica (FONAGE) da AJUFE (2016/2018). Coordenadora do Programa de Gestão e Inovação (Inovajusp) - Junho De 2016 aos dias atuais. Vencedora do Premio Ajufe Boas Práticas de Gestão em junho de 2017 - categoria magistrados.

#### Alexandre de Souza Agra Belmonte

Doutor em Justiça e Sociedade (2003), Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Gama Filho (1998) e Especialista em Direito Privado Aprofundado pela Universidade Federal Fluminense (1987). Professor universitário desde 1987, foi coordenador geral do curso de Direito do Centro Universitário da Cidade de 2003 a 2007, responsável pelo projeto didático pedagógico e até janeiro de 2015, coordenador acadêmico do Centro Avançado de Estudos e Pesquisa em Direito e Processo do Trabalho da Universidade Candido Mendes. Foi professor de mestrado (Hermenêutica e Direitos Fundamentais) da Universidade Presidente Antônio Carlos, tendo sido aprovado em 1º lugar no concurso de provas e títulos para professor adjunto de Direito do Trabalho da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), onde exerceu até 2014 o magistério de graduação em Direito e Processo do Trabalho. Atualmente é Professor Titular (graduação e mestrado) do Instituto de Ensino Superior de Brasília - IESB e coordenador trabalhista da FGV do Exame Nacional da OAB. Integrou até 03/2016 a Comissão Editorial da Revista Jurídica Fundamentos e Fronteiras do Direito (publicação do grupo de pesquisas da referida instituição de ensino), é membro dos Conselhos Editoriais da Revista de Direito Civil Contemporâneo - RDCC, da Editora Facha, da editora JC e da Revista de Direito: Trabalho e Processo. Integrou a Comissão Organizadora da Revista do TRT da 1ª Região de 2002 a 2012, por último como Presidente. É membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, da Academia Nacional de Direito Desportivo, membro honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), membro do Instituto Cesarino Junior de Direito Social e co-fundador da COPE (Coordenação de Projetos Especiais da Escola de Ciências Jurídicas do Centro Universitário da Cidade), para a prestação de orientação jurídica a comunidades carentes. Coordenou em 2012 o primeiro evento itinerante de Trabalho Seguro do TST, no Maracanã, reunindo trabalhadores, governador, personalidades do esporte e sindicatos e por 3 anos compôs a comissão regional de trabalho seguro junto ao TST. Advogou de 1981 a abril de 1993 nas áreas imobiliária, trabalhista e de família. Ingressou na magistratura trabalhista mediante aprovação em concurso de provas e títulos em 1ª colocação. Por merecimento, foi promovido em 2004 a Desembargador do TRT da 1ª Região, do qual foi membro titular da Comissão de Jurisprudência, membro suplente da Comissão de Regimento Interno, membro suplente do Órgão Especial, membro do grupo gestor de prevenção de acidentes do trabalho, membro titular da Comissão de Comendas e integrou por mais de 10 anos bancas de concurso para ingresso na Magistratura do Trabalho. Em 16/07/2012 tomou posse como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, onde compõe a 3ª Turma e a Subseção Especializada em Dissídios Individuais II. É membro do Órgão Especial e atuou na Subseção I de Dissídios Individuais da Corte. Foi agraciado com a Medalha Pedro Ernesto; com o título de Cidadão Benemérito do Município do Rio de Janeiro; com a Medalha Tiradentes pela Assembleia Legislativa do ERJ; com o título de cidadão honorário das cidades de SINOP e Magé e com medalhas da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho pelos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 5ª, 8ª, 10ª, 15ª, 17ª, 18ª, 19ª e pelo TST. Em 2016 foi agraciado pelo TST com as Medalhas de Ouro e de Prata por produção (Gabinete Legal). Tem experiência acadêmica como professor, coordenador acadêmico, organizador de eventos jurídicos e examinador em bancas de mestrado, doutorado e de concurso para professores. É também conferencista, autor, coautor e organizador de diversas publicações. Pela Portaria nº 1.001, de 4 de setembro de 2019, foi nomeado membro do GET de Direito do Trabalho e Segurança Jurídica, para modernização das relações trabalhistas.

#### Sérgio Torres Teixeira

É magistrado desde 1991, atualmente atuando como desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Pernambuco). Possui graduação em direito (1990) e pós-graduação (especialização) em Direito Público (1992) e em Direito do Trabalho (1993) pela Universidade

Católica de Pernambuco - UNICAP. Concluiu o seu mestrado em direito (1997) e doutorado em direito (2004) pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Atualmente é professor adjunto da FDR/UFPE e da UNICAP, lecionando nos cursos de graduação, pós-graduação lato sensu, mestrado e doutorado. É professor, coordenador científico e Diretor da Escola Superior da Magistratura do Trabalho - ESMATRA e professor/instrutor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), da Escola Judicial do TJPE (ESMAPE), da Escola Judicial do TRT6 e de Escolas Judiciais de outros quinze TRTs. Ocupa a cadeira nº 33 da Academia Nacional de Direito do Trabalho e a cadeira nº 02 da Academia Pernambucana de Direito do Trabalho, sendo igualmente membro do Instituto Ítalo-Brasileiro de Direito do Trabalho, da Associação Brasileira de Direito Processual e do Instituto Brasileiro de Direito Processual. É pesquisador-líder do Grupo de Pesquisa LOGOS e atualmente desenvolve pesquisas em vários campos do direito, especialmente no âmbito do processo civil e do direito e processo do trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: dimensões de acesso à justiça, meios adequados de solução de conflitos, cooperação processual, transparência processual, garantias constitucionais do processo, efetividade do processo, tutela provisória, técnica da sentença judicial, julgamento de causas repetitivas, sistema brasileiro de precedentes judiciais (Stare Decisis Brasiliensis), Justiça do Trabalho, hermenêutica processual, tutela reintegratória, inovações tecnológicas e seus impactos nas relações de trabalho, discriminação laboral e assédio moral.

### **Fernando Fita Ortega**

Professor de Direito do Trabalho e Previdência Social Faculdade de Direito da Universidade de Valência.

### **Ademir Picolli Júnior**

Advogado, Ativista de Inovação, empreendedor e palestrante.

### **Fernando José Borges Correia de Araújo**

Professor Catedrático do 2º Grupo (Ciências Jurídico-Económicas) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Licenciatura em Direito na Universidade Católica Portuguesa (1982). Mestrado em Ciências Histórico-Jurídicas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1990). Doutoramento em Ciências Jurídico-Económicas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1998). Professor Auxiliar do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas (1998). Agregação em Ciências Jurídico-Económicas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2007). Professor Associado (2001); Nomeação Definitiva (2006). Professor Catedrático (2008). Lecionou já, na licenciatura, nas pós-graduações e nos cursos de mestrado e doutorado, Economia Política, História Diplomática / História das Relações Internacionais, Teoria da Integração Económica Regional, História do Direito, Filosofia do Direito, Metodologia Jurídica, Direito Fiscal, Direito Económico, Economia do Ambiente, Economia Pública, Teoria da Regulação e da Concorrência, Direito Fiscal Internacional, Direito Financeiro Internacional, Direito das Obrigações, Direito Internacional Público, Relações Económicas Internacionais, Teoria Geral do Direito Civil, Direito da Bioética. Especificamente quanto a Análise Económica do Direito (Law & Economics), foi o primeiro, e até agora único, docente da cadeira no mestrado, tanto o científico como o profissionalizante, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. - Desempenhou já as mais diversas funções não-lectivas, nomeadamente funções dirigentes, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Membro fundador e dirigente de diversos Institutos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. - Presidente do Instituto do Direito Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. - Vice-Presidente do Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. - Presidente da Comissão de Avaliação das Faculdades de Direito Portuguesas da A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior). - De 2005 a 2007, membro da Comissão de Ética da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. - Desde 2010, membro da Comissão de Ética da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. - Colaborador do Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e da Revista Portuguesa de Direito da Medicina. - Em 2004/2005, Presidente do Conselho Científico do Centro de Estudo dos Direitos dos Animais. - Por designação do Dean do Michigan State University College of Law, membro do Peer Editorial Board do Animal Law Journal. - Referee do European Journal of the History of Economic Thought e da Economic Analysis of Law Review. - Membro da American Economic Association e da American Law and Economics Association. - Membro do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro. - Desde 2007, membro dos Conselhos Científico e Pedagógico da Faculdade de Direito do Lubango. - Associado Fundador, e Vogal do Conselho Fiscal, da Associação Portuguesa de Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Social. - Participação em inúmeros cursos, conferências e congressos, dentro e fora de Portugal. - Orientação de numerosas teses de mestrado e de doutoramento. - Supervisor de diversos pós-doutoramentos. - Arguição de inúmeras teses de mestrado e de doutoramento.

### **Marcel da Silva Lima**

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Pernambuco, pós-graduado em Direito Público com foco no controle externo dos Tribunais de Contas. É servidor do TJPE desde 2007. Ocupou o cargo de Secretário Executivo da Escola Judicial e Secretário de Gestão de Pessoas do TJPE. Atualmente é Diretor Adjunto da Diretoria Geral do TJPE.

### **Thereza Christina Nahas**

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (1991), mestrado em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999), mestrado em Derecho del Trabajo y Trabajo Social pela Universidade Castilla de La Mancha (2008), doutorado em Direito - Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) e doutorado em Derecho del Trabajo y Trabajo Social pela Universidade Castilla de La Mancha (2016); Pós-doutora pela Universidad Castilla la-Mancha (2014/2016); especialista em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito de Lisboa; Atualmente é professora visitante da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Professora convidada da Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná, professora doutora - convidada - Universidad de Castilla-La Mancha (2014/2017), professora titular da Universidade Paulista, professora doutora - convidada - COGEA- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, juíza do trabalho - Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região titular da 2ª Vara do Trabalho de Itapeverica da Serra. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: direito do trabalho, direito e processo do trabalho e direito internacional do trabalho; Membro efetivo da Academia Brasileira de Direito do Trabalho, cadeira n 43 e Diretora Cultural desta mesma Academia.

### Desembargador Jones Figueirêdo Alves

Desembargador Decano do Tribunal de Justiça de Pernambuco, com 43 anos de magistratura (27.11.1975) e 19 anos na Corte de Justiça (09.02.1999). Mestre em Direito Civil, com a qualificação de excelente, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (FDUL). Autor de obras jurídicas sobre Processo Civil e Direito Civil. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil (ABDC), associado colaborador do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) e do Instituto dos Advogados de Pernambuco (IAP) e integrante da Academia Pernambucana de Letras Jurídicas (APL). Foi convocado como Assessor Especial da Comissão de Reforma do Código Civil, na Câmara dos Deputados (2000/2001), por cujos trabalhos técnicos prestados lhe foi outorgada a "Medalha do Mérito Legislativo". Integrou missão humanitária da Organização das Nações Unidas (ONU), em Moçambique, na África, ministrando treinamento para Magistrados sobre administração de justiça e técnicas de solução de conflitos e aulas de Direito Civil comparado. Sua experiência de gestão tem capítulos significativos em atuações como Juiz Assessor de Presidências do TJPE (1990/92 e 1998/99); Juiz Corregedor (1992/93 e 1996/97); e Diretor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (ESMAPE) (2006/2008). Foi criador do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), sendo o primeiro diretor no ano de 1999, e nos biênios 2012/2014; 2014/2016; 2016/2018. Em 2010, integrou lista tríplice ao cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Foi Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (2008/2010). Compõe a Comissão do Processo Judicial Eletrônico do 2º grau do TJPE. Atualmente é o Diretor Geral da Escola Judicial de Pernambuco - ESMAPE (2018/2020).

### Desembargador Marcos Villas Boas

É diretor Geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas é mineiro de Uberaba, nascido em 22 de maio de 1962.

Em 1980, ingressou na Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, terminando o curso em Brasília-DF, na Faculdade de Direito do Distrito Federal (CEUB), em 1986. Advogou em Goiás e no Distrito Federal até 1989, quando ingressou na Magistratura, após aprovação em concurso no recém-criado Estado do Tocantins. Atuou inicialmente nas Comarcas de Dianópolis, Colméia e Porto Nacional. Foi eleito Juiz Corregedor em duas oportunidades. Em 1994, foi escolhido para compor o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Em 1996, foi removido por merecimento para o Juizado Especial Criminal da Comarca de Palmas, o primeiro a ser implantado no Tocantins. No mesmo ano, tomou assento na Cadeira nº 34 da Academia Tocantinense de Letras, cujo Patrono é José Vieira Couto de Magalhães. Ainda em 1996, foi escolhido para exercer o cargo de Juiz Eleitoral da 29ª Zona, em Palmas, e em 1998 passa a ser juiz membro do Tribunal Regional Eleitoral. Foi um dos fundadores do Curso de Direito da Universidade do Tocantins, onde lecionou Introdução ao Estudo do Direito e Direito Constitucional. Em 2001 foi promovido, por merecimento, a Desembargador e, no ano seguinte, eleito Presidente da Corte para o biênio 2003-2005. Em sua gestão à frente do TJTO foi construído o Fórum de Palmas, instalada a Escola Superior da Magistratura (ESMAT) e interligada as Comarcas através do sistema de primeiro grau denominado Telejuris. À frente do TJTO, elaborou o primeiro projeto estratégico decenal do Poder Judiciário do Tocantins, convocando juizes, servidores e comunidade para dele participarem. Em 2001, na condição de Membro da Academia Tocantinense de Letras, participou da Comissão do Projeto Tocantins História Viva, onde se aprofundou em estudos biográficos sobre o ouvidor Joaquim Theotônio Segurado, o que possibilitou a revelação da face do herói das lutas libertárias pela emancipação do Tocantins no século XIX. Mais tarde, à frente do TJTO desenvolveu o projeto "Resgate Histórico e Preservação de Documentos do Poder Judiciário Tocantinense", recuperando documentos históricos do século XIX oriundos das primeiras Comarcas do Estado. Capitaneou a iniciativa de emoldurar a história do Tocantins, retratada em painéis cerâmicos instalados na sede do TJTO e no Fórum de Palmas. Foi Presidente do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil, onde desenvolveu, juntamente com o Tribunal Superior Eleitoral, o direcionamento institucional e planejamento estratégico das Corregedorias de todos os Tribunais Regionais Eleitorais, atuando decisivamente na elaboração e aplicação da Lei 11.300/06, que buscou moralizar o processo eleitoral e impedir o "caixa 2" e outras formas de corrupção eleitoral.

### Luciana Paula Conforti

Juíza do Trabalho Titular da 6ª Região. Mestre em Direito Constitucional pela UFPE. Doutora em Direito, Estado e Constituição pela UnB. Diretoria de Ensino e Cultura da Anamatra e da Enamatra. Diretora de Prerrogativas da Amatra 6. Professora da EJUD 6 e Esmatra 6.

## 4 Das Inscrições e desistências:

**4.1** As inscrições estão abertas a partir da data da publicação deste edital, no Diário de Justiça Eletrônico (DJe), **até o dia 26 de novembro de 2020.**

**4.2** As inscrições **devem ser realizadas exclusivamente pelo Sistema de Inscrição de Cursos – SIC, através da intranet do TJPE: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – Intranet – Capacitações**, conforme Ofício Circular nº 03/2019, da lavra da Diretoria Geral da Escola Judicial.

**4.3** Caso haja número maior de inscritos em relação ao número de vagas, serão observadas as ordens cronológicas das inscrições.

**4.4** O magistrado receberá, **exclusivamente**, em seu e-mail funcional a confirmação de sua inscrição, bem como o link para acesso à plataforma **YOUTUBE (Portal Esmape)** para transmissão das aulas ao vivo (síncronas).

**4.5** A desistência do magistrado de participar do evento deverá ser efetuada, também **exclusivamente, pelo Sistema de Inscrição de Cursos – SIC, através da intranet do TJPE: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – Intranet – Capacitações**. **Será admitida a desistência até 24 de novembro de 2020.**

**4.6** A desistência informada pelo magistrado após o prazo final previsto em Edital, bem como, sua ausência, ocasionarão, salvo justo motivo a critério da Escola Judicial, o seu impedimento em participar de ações de capacitação/aperfeiçoamento ofertados pela Escola Judicial pelo prazo de 03 (três) meses, contados do dia do final do curso objeto de inscrição, conforme Provimento nº 03/2018 do Conselho da Magistratura, publicado no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de dezembro de 2018.

## 5 Da avaliação do cursista:

**5.1** Será exigida frequência mínima de 75% durante o curso (conforme o disposto no art. 9º, parágrafo 1º da Instrução Normativa da ENFAM n. 1, de 03 de maio de 2017) e tal aferição se dará através de relatórios de entrada e saída gerados pela plataforma.

**5.2** A avaliação do cursista observará a participação nos Webinários (aulas síncronas), a interação nos fóruns de debates e a realização/entrega de atividade (Registro Reflexivo e/ou Estudo de Caso).

**5.3** As atividades práticas (registro reflexivo e/ou estudo de caso e fóruns de debates) serão realizadas dentro da Plataforma Moodle com atuação dos tutores de modo a promover interação, provocar debates e dar feedback.

**5.4** Serão atribuídos à avaliação os conceitos: ótimo, bom, regular ou insuficiente.

**5.5** Serão considerados aptos os cursistas com frequência mínima e que cumprirem as atividades descritas no item 5.3.

## **6 Das disposições gerais:**

**6.1** É recomendado, para melhor experiência nos acessos aos Webinários, o uso do Google Chrome na versão atual e as configurações mínimas para o computador, como Processador de 1,3 GHz ou equivalente, 2GB de memória RAM, Resolução mínima 1024x768 pixels, sistema operacional Windows/Linux/MAC;

**6.2** Eventuais omissões deste edital serão decididas pela Diretoria Geral da Escola Judicial de Pernambuco - ESMAPE.

**6.3** Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 12 de novembro de 2020

**Des. Adalberto de Oliveira Melo**

**Diretor Geral da Escola Judicial de Pernambuco – ESMAPE**

**Dr. Sílvio Romero Beltrão**

**Juiz Supervisor da Escola Judicial – ESMAPE**